



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **9 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 16 de maio de 2011

O ESTADO DE SÃO PAULO GOVERNO QUER DESONERAR EXPORTAÇÕES	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO MANTEGA INICIA DEBATE COM OS GOVERNADORES	2
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO OS SUBSÍDIOS CHINESES ABSOLVIDOS	3
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO RECEITA E SECEX COMBATEM IMPORTAÇÃO ILEGAL	5
VEICULAÇÃO NACIONAL	
O ESTADO DE SÃO PAULO Redução do ICMS sobre tarifas ainda vai demorar	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	
FOLHA DE SÃO PAULO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS É TEMA DE FÓRUM QUE COMEÇA HOJE	8
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Bitributação de empresas freia a internacionalização do país	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP Missão chinesa não atende aos interesses brasileiros	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	
PORTAL SUFRAMA Suframa e MPT criam Forum Permanente de Saúde e Segurança do Trabalhador	13
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO GOVERNO QUER DESONERAR EXPORTAÇÕES		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Proposta isenta empresas do pagamento da contribuição previdenciária que, ainda pela reforma, não seria mais cobrada na folha salarial

Lu Aiko Otta e Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

As exportações brasileiras poderão ser desoneradas da contribuição previdenciária, segundo proposta de reforma tributária em elaboração pelo governo. Hoje, a contribuição é cobrada sobre a folha salarial, mas a ideia é mudar a base de tributação para o faturamento da empresa. Pela proposta do governo, a receita da empresa com vendas ao exterior ficaria livre desse novo tributo.

A empresa que vende só no mercado interno continuará pagando, no faturamento, o que já paga sobre a folha, disse o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, encarregado de elaborar a proposta. Mas, se a empresa exporta, o faturamento resultante da operação será desonerado. "No fundo, estou dando grande incentivo porque estamos solucionando em parte a questão da competitividade e da taxa de câmbio indiretamente com essa desoneração."

Por outro lado, a tributação passaria a pesar mais sobre as empresas importadoras. Hoje, a contribuição ao INSS não incide sobre mercadorias vindas de fora, mas uma contribuição adicional sobre o faturamento oneraria o importador.

"O propósito da desoneração da folha é aumentar a competitividade do produto brasileiro", disse Barbosa.

Segundo ele, a medida tornará mais baratos principalmente os produtos das indústrias que empregam muita mão de obra. "São os setores mais afetados pela apreciação do real."

Os exportadores poderão ser beneficiados também com outra medida em estudo para a reforma tributária: a devolução mais rápida dos créditos tributários gerados pelas exportações e pelos investimentos. O governo federal deve às empresas créditos de PIS-Cofins oriundos dessas operações e um dos eixos da reforma é acelerar os pagamentos. "Quanto vamos acelerar, vai depender do espaço fiscal." O secretário disse que os exportadores terão tratamento prioritário.

A proposta de desoneração da folha ainda não está totalmente fechada. A ideia é reduzir a alíquota do INSS cobrada do empregador, que é de 20%. Na proposta já enviada ao governo anterior, a alíquota cairia gradualmente para 14%, mas essa é só uma das hipóteses em exame.

Isso reduziria a arrecadação da Previdência. Para atacar esse problema, há basicamente três propostas:

não cobrar compensação contando com os efeitos do crescimento econômico sobre as receitas, cobrar contribuição sobre o faturamento ou sobre o valor agregado pela empresa a um determinado produto.

Segundo Barbosa, a decisão não está tomada. Mas, em reunião com sindicalistas na quinta-feira, o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, disse que a nova base seria o faturamento. Informou ainda que a alíquota poderá ser diferenciada por setor. Essa era, originalmente, a proposta do governo. Como foram apresentadas outras sugestões, a área técnica ainda não bateu o martelo sobre o desenho final.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO MANTEGA INICIA DEBATE COM OS GOVERNADORES		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Lu Aiko Otta e Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

BRASÍLIA

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, começa esta semana rodada de negociações com os governadores para formatar o fundo que será criado para compensar eventuais perdas dos Estados com a redução da alíquota do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias e Serviços (ICMS)** proposta pela União. Ele vai reunir governadores por região.

O secretário executivo do **Ministério** da Fazenda, Nelson Barbosa, antecipou que há três possibilidades de ressarcimento em estudo: transferência de recursos do **Governo Federal** para os Estados, incentivo tributário federal diferenciado ou investimentos específicos da União nos Estados mais afetados.

O **Ministério** da Fazenda está propondo, por meio de uma reforma tributária fatiada, a redução gradual do **ICMS** em todas as operações interestaduais, concentrando a incidência do tributo no destino. A proposta é reduzir as alíquotas até unificá-las.

Ainda não há definição sobre a alíquota final e nem sobre o prazo de transição. Com a mudança, o governo espera acabar com a "guerra fiscal",

instrumento pelo qual os Estados reduzem **ICMS** para atrair investimentos.

Para conseguir o apoio dos governadores, o governo acenou com a criação de um sistema de compensação. Barbosa disse que a Fazenda e os governadores estão fazendo contas para identificar os Estados que perdem e os que ganham arrecadação.

"Se fizermos a redução de alíquota interestadual, em tese a soma é zero. O que um Estado perde, o outro ganha. A gente está fazendo o mapa para ver quem ganha e quem perde. Os Estados também estão fazendo. Aí a gente vê como a União pode contribuir". As contas são feitas com base na nota fiscal eletrônica.

Segundo Barbosa, os Estados que aumentarem arrecadação podem ajudar a compensar aqueles que perderem. "Podemos fazer uma divisão na transição com os Estados que vão ganhar". Outra opção é não compensar Estados com alta renda per capita, como São Paulo.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO OS SUBSÍDIOS CHINESES ABSOLVIDOS		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pedro Motta da Veiga - O Estado de S.Paulo

Enquanto um prolongado impasse paralisa a Rodada Doha, o mecanismo de solução de controvérsias da Organização Mundial do **Comércio** (OMC) vai sendo crescentemente acionado pelos países-membros para dirimir disputas e interpretar regras e disciplinas aplicáveis às políticas nacionais. O recente desfecho de um caso envolvendo China e Estados Unidos é ilustrativo desse processo, e a decisão da OMC pode ter **importantes** implicações sistêmicas - e não apenas para as relações bilaterais entre os dois países envolvidos - no futuro.

Para ingressar na Organização Mundial do **Comércio**, a China estabeleceu um programa de remoção de barreiras comerciais e de abertura de **mercado** em muitos setores produtores de bens e serviços.

Concordou, ademais, em rever e reformar sua estrutura legal com o objetivo de conferir transparência e previsibilidade aos negócios e às transações comerciais com o exterior.

Assumiu, ainda, uma série de compromissos de disciplinamento - e, em alguns casos, de eliminação - de programas de subsídios industriais. Nessa área, o primeiro grande episódio de questionamento das políticas chinesas teve como protagonista os Estados Unidos, que impuseram medidas compensatórias (antissubsídios) contra diversos produtos industrializados originários da China.

Os chineses reagiram, abrindo um caso contra os Estados Unidos na OMC. Acionaram o mecanismo de solução de controvérsias da organização e a disputa teve seu desfecho, em março deste ano, com a divulgação do relatório do Órgão de Apelação - instituição a que os países envolvidos nas disputas

podem recorrer após a publicação das recomendações do painel.

Os Estados Unidos fundamentaram a aplicação das medidas de defesa comercial na tese de que bancos comerciais públicos e as empresas de propriedade do Estado chinês, fornecedoras de insumos para os produtores/**exportadores** investigados, poderiam ser caracterizados como "órgãos públicos".

Assim caracterizados, seria possível invocar o Acordo sobre Subsídios e Medidas Compensatórias da organização para questionar eventuais benefícios concedidos pelos "órgãos públicos" - alvo das disciplinas do acordo - a empresas privadas e para justificar as medidas compensatórias adotadas pelos Estados Unidos.

As políticas industriais chinesas têm sido tema de alto potencial conflitivo nas relações entre a China e seus principais parceiros comerciais. Questiona-se o papel dos bancos públicos e das empresas estatais na geração, por meio de bens e serviços subsidiados, de condições artificiais de competitividade para as **exportações** chinesas.

No entanto, a complexidade das relações entre os setores estatal e privado na China dificulta a caracterização como "órgãos públicos" de entes e empresas que muitas vezes atuam como braços operacionais da política industrial.

É tal caracterização que a queixa dos Estados Unidos pretendia obter ao recorrer à OMC, cujas regras de **comércio** têm como alvo as práticas e políticas governamentais, mas não se aplicam à implementação de compromissos comerciais entre partes privadas.

A recomendação emanada do relatório do painel do órgão de solução de controvérsias dava ganho de causa aos Estados Unidos, tendo o painel concluído que o termo "órgão público" significa "qualquer entidade controlada pelo Estado". No entanto, o Órgão de

Apelação reverteu tal conclusão no caso das empresas estatais chinesas, considerando que apenas o fato de certas empresas serem de propriedade do governo chinês não seria suficiente para considerar essas empresas como "órgãos públicos".

Na visão do Órgão de Apelação, para se caracterizar a atuação de um "órgão público", haveria que se obter evidências de que a entidade "possui, exercita ou é imbuída de autoridade governamental" e exerce funções de governo. Os Estados Unidos não teriam sido capazes de prover tais evidências no que se refere às empresas estatais chinesas.

Já no caso dos bancos comerciais públicos, o Órgão de Apelação confirmou a conclusão do painel de que, com base nas evidências produzidas relacionadas ao papel do Estado chinês nas atividades do setor bancário, essas entidades poderiam, de fato, ser consideradas como "órgãos públicos".

Os padrões estabelecidos pela decisão do Órgão de Apelação para a comprovação de que um ente estatal é um "órgão público" para fins de aplicação de medidas compensatórias são elevados, especialmente

tendo em vista o baixo grau de transparência das políticas chinesas.

Decisões do Órgão de Apelação não criam jurisprudência, mas o precedente criado pode significar um incentivo para que as políticas industriais chinesas continuem a operar por intermédio de mecanismos e instrumentos híbridos e pouco transparentes e que se beneficiam da indefinição nas fronteiras entre o público e o privado.

O precedente pode, também, fortalecer, nos Estados Unidos, as correntes políticas favoráveis a que o país recorra a instrumentos de política unilaterais - e não negociados - para lidar com o "problema chinês".

DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS DE INTEGRAÇÃO E **DESENVOLVIMENTO** (CINDES)

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO RECEITA E SECEX COMBATEM <u>IMPORTAÇÃO</u> ILEGAL		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Os dois órgãos vão trabalhar juntos pela primeira vez para evitar concorrência desleal em setores críticos

Renata Veríssimo - O Estado de S.Paulo

SÍLIA

A Receita Federal e a Secretaria de **Comércio** Exterior (Secex), do **Ministério** do **Desenvolvimento**, Indústria e **Comércio** Exterior, vão unir esforços para combater a concorrência desleal das **importações** em setores considerados críticos. Na lista estão brinquedos, têxteis, pneumáticos, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos (sobretudo produtos de informática), calçados e produtos químicos.

Serão usadas estratégias de inteligência conjunta nas investigações. Portaria dos dois órgãos será publicada nas próximas semanas integrando os trabalhos de inteligência e criando grupos para acompanhar esses setores.

O coordenador-geral de administração aduaneira da Receita, Ernani Checucci, disse que o trabalho conjunto dará mais clareza ao tipo de problema a ser combatido nas **importações**. "Vamos ter mais clareza se o problema é com o nosso **importador** ou se é de defesa comercial."

Os dois órgãos também querem fechar as portas usadas pelos fraudadores para burlar a fiscalização, como informações erradas sobre a classificação ou a origem do produto.

Casos de subfaturamento, quando o **importador** brasileiro declara valor menor que o pago ao **exportador**, são combatidos pela Receita. Denúncias de dumping são apuradas pela Secex. "O foco da Receita é a fraude e a sonegação", disse o coordenador.

Esta será a primeira vez que os dois órgãos se unirão para enfrentar problemas do **comércio** exterior.

Historicamente, Receita e **Desenvolvimento** se enfrentaram em questões cruciais como desoneração de **exportações**, devolução de créditos para empresas **exportadoras** e, mais recentemente, no repasse de informações do Fisco para a Secex de volumes **importados** e **exportados** de produtos sob investigação por prática de dumping.

Dentro de uma política mais forte de atuação, o Fisco pode colocar no chamado canal cinza mais **mercadorias importadas** com indícios de subfaturamento. O canal cinza é o mecanismo mais longo e criterioso de liberação da carga na alfândega.

O coordenador explicou que, ao serem selecionadas para a fiscalização, as empresas tendem a interromper o processo de subfaturamento. Alguns produtos de aço foram colocados no canal cinza a partir de outubro e os preços foram regularizados.

Checucci disse que a Receita também trabalha em um conjunto de medidas para que o órgão possa ter reação mais forte no combate às fraudes e à sonegação, como a criação do Centro de Gestão de Risco ainda este ano.

Aço. Os dados da Receita mostram que só 19 declarações de **importação** foram selecionadas pela fiscalização por indícios de subfaturamento e, por isso, tiveram de passar pelo canal cinza. Elas representam 0,01% do total do peso líquido **importado** - dentro das classificações selecionadas pela Receita - entre outubro de 2010 e fevereiro deste ano.

Checucci esclareceu que o **Brasil** não aplicou o preço mínimo nas **importações** (o que é vedado pela Organização Mundial do **Comércio**) ou utilizou a chamada valoração aduaneira, pela qual o Fisco determina o valor aduaneiro de uma **mercadoria importada** para cálculo do imposto de **importação**. A segunda opção, explica ele, poderá ser aplicada ao

final do processo de investigação. As empresas estão apresentando defesas.

Por causa de notícias veiculadas na imprensa de que o Brasil tem usado preços mínimos ou valorização aduaneira para os produtos de aço sob fiscalização, o País está tendo de se explicar na OMC.

JUNTANDO FORÇAS

Setores críticos

Brinquedos, têxteis, pneumáticos, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, calçados e produtos químicos

Foco

Receita acredita que o trabalho conjunto dará mais clareza ao tipo de problema a ser combatido nas importações Ação

Os dois órgãos querem fechar as portas usadas pelos fraudadores para burlar a fiscalização

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Redução do <u>ICMS</u> sobre tarifas ainda vai demorar		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Secretário da Fazenda diz que a discussão com os Estados para reduzir o imposto na eletricidade, nos combustíveis e de telefonia é de longo prazo

Lu Aiko Otta e Renata Veríssimo / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

O Governo Federal quer reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre eletricidade, combustíveis e telefonia, mas não conta com essas medidas para combater o surto inflacionário. "É uma discussão de longo prazo, que estamos apenas começando", diz o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa.

Por outro lado, a redução do tributo sobre os preços dos alimentos básicos e dos remédios não deverá demorar. "Muitos Estados já dão redução, e o impacto na conta dos Estados não é muito grande", comenta.

A medida teria o benefício de permitir à população, principalmente a de baixa renda, adquirir outros bens, o que teria efeito benéfico sobre a economia local.

Já o ICMS sobre a eletricidade, a telefonia e os combustíveis respondem por 52% da arrecadação estadual. "Sabemos que os Estados dependem dessa tributação, por isso a discussão tem de ser feita com muita calma", diz o secretário. Segundo ele, a discussão no Conselho de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de Fazenda, provocou grande susto.

Impacto. O custo da eletricidade, porém, é queixa frequente do empresariado e o governo reconhece que se trata de fator de perda de competitividade da indústria. Tanto que foi criado grupo de trabalho entre governo e setor privado para tratar do tema.

"É uma discussão preliminar, mas é um tema estrutural, que tem impacto sistêmico na economia", comenta o secretário.

A redução do ICMS é apenas uma das vertentes da discussão sobre o custo da energia. O governo também debate o que fazer com concessões de empresas geradoras de energia que vencem nos próximos anos. Em teoria, pode exigir tarifas mais baixas ao renová-las, pois os investimentos já estariam amortizados. Outra questão em análise são os encargos federais cobrados das empresas do setor.

Cuidados

NELSON BARBOSA

SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

"É uma discussão de longo prazo, que estamos apenas começando."

"Muitos Estados já dão redução, e o impacto na conta dos Estados não é muito grande."



VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
TÍTULO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS É TEMA DE FÓRUM QUE COMEÇA HOJE		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

DO RIO - Acontece entre hoje e quinta-feira, no Rio de Janeiro, o 23º Fórum Nacional, organizado pelo Inae (Instituto Nacional de Altos Estudos). O tema desta edição é "Visão de **Brasil** desenvolvido para participar da competição do século (China, Índia e Brasil)".

Hoje, primeiro dia, estarão presentes o ministro Guido Mantega (Fazenda), o presidente do **BNDES**,

Luciano Coutinho, e o prêmio Nobel de economia e diretor do Centro sobre Capitalismo e Sociedade, Edmund Phelps. Também participarão do fórum Luiz Fernando **Furlan** (BRF **Brasil** Foods), Jorge Gerdau e Adilson Primo (Siemens).

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Bitributação de empresas freia a internacionalização do país		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Histórico do Brasil como tradicional destino de investimentos estrangeiros diretos relegou os tratados para evitar a dupla tributação a segundo plano

Eva Rodrigues

Enquanto as empresas nacionais se internacionalizam cada vez mais e com isso diminuem a diferença entre o montante que o Brasil recebe de investimento direto estrangeiro (IED) e o que investe mundo afora, a mentalidade reinante permanece a de um país que historicamente é destino de investimentos produtivos. O melhor sintoma disso está no pequeno número de acordos firmados pelo país para evitar a dupla tributação: são 29 acordos, mesmo patamar da Argentina que tem o Produto Interno Bruto (**PIB**) em torno de quatro vezes menor que o do Brasil.

Segundo dados elaborados pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet), a diferença entre IED e o Investimento Direto Brasileiro (IDB)—o que é feito lá fora — saiu de US\$ 28,2 bilhões no ano 2000 para US\$ 13,3 bilhões em 2010 — os números excluem os empréstimos entre companhias e consideram apenas a participação no capital, parcela mais significativa e estável dos fluxos de investimento direto.

O estreitamento entre as duas pontas, no entanto, não vem sendo acompanhado por uma mudança de atitude do governo brasileiro no sentido de proteger a empresa nacional que investe em território estrangeiro, justamente o foco de um acordo de bitributação.

“O Brasil ainda é um **importador** de investimentos e o sistema tributário deve agir de acordo com o cenário atual”, disse recentemente em evento na Confederação Nacional da Indústria (CNI) o coordenador-geral de Tributação da Receita Federal, Fernando Mombelli.

Divisão

Como em geral os acordos de bitributação dividem a renda entre o país fonte da **produção** e o país de residência da empresa a ausência do acordo beneficia o Brasil no caso de países como os Estados Unidos, que destinam mais investimentos ao Brasil. “Se tivesse o acordo como os Estados Unidos, o Brasil abriria mais mão de receita do que os americanos”, explica o presidente da Sobeet, Luis Afonso Lima, para quem esse é o “argumento oficial” para que o Brasil não priorize esse tipo de acordo. “É verdade que o Brasil já recebe muitos investimentos, mas com os acordos de bitributação o país poderia ter um fluxo ainda maior de IED, o que seria conveniente em função do déficit em transações correntes atual”, pondera Lima. Ocorre que hoje já há países nos quais o Brasil está mais presente quando se olha para os investimentos diretos produtivos: Canadá, Argentina, Áustria, Peru e África do Sul, que contam com acordos de bitributação; além de Venezuela, Bolívia, Costa Rica, Colômbia, Cuba e Angola, que não firmaram esses acordos. “Não colocar os acordos como prioridade na agenda do governo é um pensamento arcaico, que parte do princípio de que o país não vai evoluir”, afirma o professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV), Marcos Catão.

Desigual

A falta de acordos de bitributação é ainda mais prejudicial às empresas brasileiras considerando-se que a própria Constituição Federal garante o tratamento não-discriminatório ao investimento estrangeiro por aqui. Para o diretor de controladoria da Embraer, Rodrigo Rosa, quando uma empresa investe no exterior “é perceptível o tratamento desigual que é dado às empresas brasileiras lá fora em relação à forma como o Brasil trata as multinacionais por aqui”. Rosa também ressalta a importância de se ter uma tributação baseada em conceitos e padrões internacionais como elemento facilitador de fluxo de capitais e de investimentos. “O

Brasil tem uma legislação peculiar, que nem sempre se alinha aos padrões internacionais.”

No caso específico da Embraer, uma dificuldade enfrentada está na prestação de serviços em outros

países. “A alta carga tributária nos serviços acaba onerando o próprio cliente e a empresa passa a competir com produtos concorrentes de países que não têm essa tributação”, conclui Rosa.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Missão chinesa não atende aos interesses brasileiros		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pauta das negociações da comitiva que está hoje em Brasília não contempla itens de acordo assinado por Dilma em abril

Ruy Barata Neto e

Rafael Abrantes

Na chegada da primeira missão comercial da China ao Brasil após a visita da presidente Dilma Rousseff ao gigante asiático, em abril, a pauta de negociações parece não ser tão favorável ao Brasil quanto poderia. No comunicado assinado pelos dois países no mês passado, ficou definido que a missão comercial dos chineses, liderada pelo ministro do Comércio, Chen Demin, que teve início no final de semana, teria três fins:

- 1) verificar áreas de interesse para investimentos chineses;
- 2) estudar formas para redução de barreiras comerciais entre os dois países e
- 3) analisar quais os produtos manufaturados do país poderiam ser importados.

Mas, dos objetivos previstos, o único que ainda aparece na agenda é a negociação em torno da atração de investimentos ao país. Ou seja, o principal “calcanhar de Aquiles” da relação

bilateral, que é a busca de um maior escoamento de produtos manufaturados brasileiros para o mercado chinês, ficará para encontros futuros e não entrará na agenda desta semana. “A missão está muito focada na atração de investimentos”, diz o presidente da Apex-Brasil, Maurício Borges. “A evolução disso dependerá de mais trocas de informações e no fortalecimento das relações entre os dois países”. Na agenda das atividades, a comitiva de mais de 50 empresas chinesas — entre públicas e privadas — liderada por Demin, assina hoje, na sede da Confederação Nacional da

Indústria (CNI), em Brasília, um memorando de oportunidades para futuras parcerias.

Segundo o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o maior interesse dos investimentos chineses é o do agronegócio, minério e indústria de base, mas nem isto ainda satisfaz os interesses do país. “Nessas áreas já somos bastante competitivos, queremos maior participação dos chineses em infraestrutura e empresas de base tecnológica”. Para ele, é necessário ter maior participação dos chineses em logística, incluindo projetos de reforma e ampliação de ferrovias, rodovias e aeroportos a partir de sociedades que financiem esses empreendimentos.

Infraestrutura

Segundo o presidente da Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), Paulo Godoy, o Brasil está aproveitando o encontro para tentar atrair a entrada de mais capital chinês em fundos de investimentos privados do país destinados a financiar projetos de infraestrutura. Segundo Godoy, não existem mais do que 10 fundos em operação hoje — que captaram cerca de US\$ 10 bilhões, o que ainda é pouco. A grande isca de atratividade está na perspectiva de aprovação da Medida Provisória 517 que isentará o pagamento de imposto de renda pelo investidor estrangeiro no Brasil. “Estamos pressionando para avançar nesse tema”, diz Godoy. O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, Paulo Skaf, diz que é importante para o Brasil receber os investimentos estrangeiros em áreas que interessam ao país, mas é preciso corrigir uma série de outros problemas. “Os investimentos brasileiros na China ainda sofrem uma série de sanções. Além disso, a questão do câmbio tiramuito da competitividade dos produtos manufaturados do país”, diz Skaf.

Para empresários da indústria, os chineses fazem as ações que interessam ao seu comércio, o que é

justificado, mas o **Brasil** não pode responder apenas com medidas de protecionismo. Os empresários pedem

ações para diminuir o custo de **produção** no Brasil, que é, em média, 36% maior do que em outros países.

	VEÍCULO PORTAL SUFRAMA		EDITORIA
	TÍTULO Suframa e MPT criam Fórum Permanente de Saúde e Segurança do Trabalhador		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Debater alternativas que possam contribuir para a garantia da saúde e segurança dos trabalhadores é o objetivo do Fórum Permanente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e Ministério Público do Trabalho no Amazonas (MPT 11ª Região) em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e outras entidades.

Segundo a **Suframa**, o fórum deverá se reunir a cada seis meses, com foco, principalmente, nas atividades do Polo Industrial de **Manaus** e no setor de construção civil, que atualmente lidera a lista de segmentos com maior incidência de casos de acidentes de trabalho em todo o País.

Uma das metas do grupo será produzir estudos sobre as condições de saúde e segurança dos trabalhadores.

O Fórum Permanente também atuará junto a órgãos públicos estaduais para defender a implantação

da Delegacia Trabalhista e Previdenciária. Outra proposta do fórum é implantar uma unidade da Fundacentro na capital amazonense, a única entidade governamental do País que trabalha na área de pesquisa científica e tecnológica relacionada à segurança e saúde dos trabalhadores.

O grupo também tem como objetivo firmar parcerias com entidades que integram o sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, Serviço Social da Indústria – Sesi, Serviço Nacional de Aprendizagem do **Comércio**- Senac, Serviço Social do **Comércio** – Sesc, entre outros) para promover a capacitação de profissionais da área de saúde.